



3

# FARMACÊUTICOS UNIDOS PELA LÍNGUA COMUM



Fevereiro de 1993. No âmbito das comemorações do 150.º aniversário da Ordem dos Farmacêuticos do Reino Unido, um jantar de gala em Londres, com a presença da rainha, senta à mesma mesa o anfitrião e os presidentes da Federação Internacional Farmacêutica (FIP), da Associação de Farmacêuticos da Commonwealth e do Grupo Farmacêutico da Comunidade Europeia (PGEU, na sigla em inglês), João Silveira. O primeiro português a exercer o mais alto cargo nesta entidade ainda estava a conhecer os cantos à casa, já que tomara posse no início do ano. Naquele momento, o que mais atenção lhe chamou foi a existência da organização representativa dos farmacêuticos dos países do antigo Império Britânico. “Isto faz sentido é para nós! Temos de avançar rapidamente com uma associação dos farmacêuticos de língua portuguesa”, pensou Silveira. Hoje, volvidos mais de 26 anos, reconhece que o contacto foi inspirador.

Os países africanos lusófonos, independentes de fresca data, estavam no início da década de 1990 a desenvolver significativas transformações, no plano político. Santomenses e cabo-verdianos tiveram pela primeira vez em 1991 oportunidade de participar em eleições multipartidárias. “Nino” Vieira empreendeu a partir de 1989 na Guiné-Bissau um conjunto de reformas tendentes

à democratização. Em 1992, Frelimo e Renamo assinaram um acordo de paz que pôs fim a 16 anos de guerra civil em Moçambique. Só Angola marcava passo: frustradas as esperanças de reconciliação entre o MPLA e a UNITA nascidas nos acordos de Bicesse, de 1991, o conflito reacendeu-se após as eleições do ano seguinte.

A perspectiva de apoiar, no setor farmacêutico, a construção dos novos países, em clima de estabilidade política e social, animava João Silveira. Mal regressou a Lisboa, entrou em contacto com Clara Carneiro, presidente da Secção Regional do Sul da Ordem dos Farmacêuticos, e com o bastonário, Carlos da Silveira. Ambos abraçaram a ideia de criar uma associação em moldes semelhantes à Commonwealth Pharmacists Association. Tão entusiasticamente que seria erguida em poucos meses. Com efeito, aprovada por unanimidade pela Direção Nacional da Ordem, foi legalizada por escritura em 28 de junho de 1993. Três anos antes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que só seria constituída em 1996, o que confere pioneirismo à iniciativa.

O nome então escolhido – Associação Internacional de Farmacêuticos de Língua Oficial Portuguesa (AIFLOP) – exprimia o sonho de criar uma verdadeira comunidade de farmacêuticos, unidos pela língua comum e disponíveis para a troca

de experiências reciprocamente enriquecedora. Para o I Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, ato formal de lançamento da Associação realizado em Lisboa, foram convidados profissionais de todos os países lusófonos. A eleição de Carlos da Silveira para a presidência revela a importância atribuída à organização. farmacêutico naval e professor universitário, que morreu em 2018, participou na fundação da Ordem dos Farmacêuticos e desempenhou o cargo de bastonário entre 1989 e 1995.

A promoção das Ciências Farmacêuticas e a defesa dos interesses da profissão nos estados-membros, objetivos primaciais dos estatutos então aprovados, ainda hoje guiam a Associação. A sua plena concretização pressupõe, desde os primórdios, atuar em várias dimensões. Apostada em contribuir para a integração dos farmacêuticos nos sistemas de saúde nacionais, a entidade cedo procurou apoiar os processos legislativo e regulamentar do setor, bem como a implantação dos circuitos de produção, distribuição e dispensa do medicamento nos países-membros. A formação farmacêutica e o envolvimento ativo na criação de organismos profissionais constituíram desde sempre prioridades.

A AIFLOP confrontou-se no II Congresso, que teve lugar em junho de 1994 em Brasília, com um problema recorrente nos primeiros anos da sua existência. Ainda em fase embrionária, não dispunha de condições para assegurar a representação de profissionais do conjunto dos estados-membros. Só estiveram presentes farmacêuticos brasileiros e portugueses, cerca de 1500 no total. A moção final, apresentada por Gomes Carneiro, lamentava a ausência dos colegas africanos, “por motivos que são alheios à sua própria vontade” e manifestava o desejo de que “a paz volte aos países que foram atingidos pela guerra civil e que as condições de vida de todos os países melhorem rapidamente, para bem das respetivas populações”.

O brasileiro Gustavo Baptista Éboli, homem de sorriso franco, sempre empenhado em debater os problemas da profissão, foi eleito presidente. Graduado em Farmácia e em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionou nesta e na Universidade de Caxias do Sul. Reputado especialista em Análises Clínicas, percorreu todas as etapas do associativismo:

*João Silveira elegeu como prioridade a cooperação com os países lusófonos quando foi eleito bastonário*



Foto: Pedro Loureiro

presidiu ao Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, à Associação de Farmacêuticos daquele estado, ao Conselho Federal de Farmácia e à Federação Pan-Americana de Farmácia. Faleceu em 2007.

A escolha de Gustavo Éboli, que voltaria a participar nos órgãos sociais da AFPLP, coincidiu com uma fase de contestação da classe farmacêutica brasileira ao propósito governamental de autorizar a venda de medicamentos em supermercados.

Com a ativa oposição da Ordem dos Farmacêuticos e da Associação Nacional das Farmácias (ANF), a questão viria a colocar-se uma década depois em Portugal, aquando da liberalização do comércio de medicamentos não sujeitos a receita médica, que no entender daquelas duas entidades não se traduziria numa redução de preços, o argumento oficial para a mudança. Curiosamente, esta opção está hoje de novo em debate no Brasil, a nível parlamentar.

O congresso de 1994, em que foram ministrados cursos de Farmácia Hospitalar, Farmácia Clínica e Orientação Farmacêutica ao Paciente, homenageou a portuguesa Maria Manuela Teixeira pelo papel desempenhado na formação de uma nova geração de farmacêuticos brasileiros. Então dirigente da ANF, viria em 2000 a ser agraciada, também no Brasil, com o título de membro correspondente estrangeiro da Academia Nacional de Farmácia.

Detentor de larga experiência no campo do associativismo – fez parte do núcleo fundador e foi durante anos vice-presidente da ANF; presidiu ao Montepio Nacional das Farmácias entre 1985, quando foi criado, e 2018; no plano internacional, além de presidente do PGEU, ocupou a vice-presidência do Europharm Forum – João Silveira converteu a AFPLP em instrumento fundamental à concretização do seu desígnio programático, ao ser eleito bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, em 1995. “A aproximação, a cooperação com os países de língua portuguesa, estava entre as prioridades da nossa equipa, quando me candidatei”, sublinha. O seu propósito era participar no desenvolvimento desses países, consciente de que o processo exige como condição dar primazia aos setores da Educação e da Saúde, a área dos farmacêuticos.

Assumindo a sua “militância lusófona”, João Silveira continua a acreditar que os farmacêuticos portugueses têm “grandes responsabilidades de compromisso e solidariedade com estes países. Somos todos feitos da mesma massa”. A integração na Europa, cuja experiência bebem, e o facto de disporem de uma estrutura mais organizada criam exigências a que não devem furtar-se. “Podemos partilhar todo este conhecimento, esta experiência, com a nossa gente, dos outros países. É o espírito que ainda hoje temos. Cada vez que ia a Moçambique, aprendia com eles. Tínhamos de fazer omelete com um só ovo. Como se fazia?”

O Conselho para a Cooperação da Ordem, então constituído, deu corpo a esta estratégia. Decisivo na dinamização das relações entre os farmacêuticos de países de língua portuguesa (logo, da Associação) levou a cabo um trabalho que Silveira caracteriza como “extraordinário”. Porque juntou pessoas com várias sensibilidades, da farmácia hospitalar à indústria, passando pelas análises clínicas e o ensino. Porque era liderado por um homem dotado de “espírito mais diplomático e sentido político das coisas”. Assim descreve Pedro Coelho, farmacêutico falecido em 2016 que se destacou na política – combateu a ditadura do Estado Novo e foi deputado constituinte, em 1975 – e no universo da gestão, pelo desempenho em várias empresas.

A equipa inicial do Conselho para a Cooperação, em cujas reuniões João Silveira participou sempre, era de facto muito diversificada. Além de Pedro Coelho, que viria a ser vice-presidente do Conselho de Administração da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP), entre 1996 e 2000, integrava figuras como Rui Raposo, António Marques da Costa, Thébar Miranda, Armando Cereso, Manuela Teixeira e Suzete Costa, que viria a assumir um papel de grande relevância no desenvolvimento da Associação, com funções de secretária executiva. Carlos Maurício Barbosa, futuro bastonário, de 2009 a 2016, e Paulo Cleto Duarte, atual presidente da ANF, incorporaram mais tarde o grupo.

**A promoção das Ciências Farmacêuticas e a defesa dos interesses da profissão nos estados-membros, objetivos primaciais dos estatutos então aprovados, ainda hoje guiam a Associação.**

O órgão identificou a formação de farmacêuticos, a legislação e regulamentação farmacêutica e o apoio à organização associativa dos profissionais como áreas prioritárias de atuação. O panorama era muito desigual: se Angola já tinha 33 farmacêuticos, em São Tomé e Príncipe só existe um. Não eram

mais de sete em Moçambique, dez na Guiné-Bissau e 12 em Cabo Verde. Neste caso, todos do sexo feminino: um grupo de mulheres dinâmicas, formadas em Portugal, algumas das quais sócias da Ordem.

O ano de 1995 foi de viragem política em Portugal. Após uma década de hegemonia do PSD de Cavaco Silva, o socialista António Guterres venceu as eleições. Pela sensibilidade manifestada como primeiro-ministro para a área da cooperação, João Silveira destaca a importância do atual secretário-geral das Nações Unidas na consolidação da AFPLP. À distância, constata-se uma dupla coincidência, que suporta tal convicção. Coincidência entre as prioridades definidas pelas estruturas profissionais e pelo Governo – neste particular, através da CPLP –, que permitiu aprofundar a intervenção da Associação. Coincidência nos mandatos: Silveira foi eleito bastonário da Ordem em junho e António Guterres tomou posse em outubro de 1995, mas ambos abandonaram em 2001 os respetivos cargos.

Ministra da Saúde de 1995 a 1999, Maria de Belém Roseira estabeleceu um programa de visitas oficiais a todos os países africanos lusófonos, exceto São Tomé e Príncipe. Os representantes do Conselho para a Cooperação fizeram sempre parte das comitivas. O périplo impulsionou a AFPLP e, segundo João Silveira, ajudou a enraizar “uma relação ainda mais profícua”, no plano bilateral, com as instâncias oficiais desses países. “Graças a contactos diretos com o poder político, também facilitámos a vida aos nossos colegas”, afiança.



*Designação de Associação de farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa foi adotada em 1996*

Com apenas três anos de existência, a Associação tomou decisões fundamentais para o seu futuro em 1996, na Assembleia-Geral de Lisboa, no decurso do III Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa: adotou o nome pelo qual é hoje conhecida e aprovou o novo estatuto, que introduziu mudanças na constituição e funções do seu órgão máximo.

A Associação Internacional de Farmacêuticos de Língua Oficial Portuguesa, rebatizada de Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa, consagrou na ocasião a representação paritária de todas as nações, substituindo um modelo baseado na participação de organizações de farmacêuticos oficialmente reconhecidas (associadas efetivas), e na participação individual dos farmacêuticos (associados não efetivos). Na Assembleia-Geral, passou a ter assento uma delegação por país, com direitos equivalentes, independentemente do número de farmacêuticos que representa.

A introdução do princípio democrático – cada país, um voto – constituiu uma forma de estimular o envolvimento dos profissionais. O único farmacêutico então em serviço em São Tomé e Príncipe ficou em paridade com os colegas brasileiros, que já eram mais de 60 mil. Assim se superou o constrangimento dos primeiros anos: se a AG se realizava em Portugal, quase só compareciam portugueses; se no Brasil, apenas brasileiros. O entendimento mútuo, esse, não carecia de alterações estatutárias, porque se alicerçava em convergências. “A nossa história é de consensos, nunca necessitámos de discutir votos”, salientou João Silveira em 2018, no discurso que assinalou, em Cabo Verde, o 25.º aniversário da organização.

O moçambicano Renato Ronda foi eleito presidente do Conselho de Administração – cumpriu dois mandatos e ainda viria a liderar o Conselho Fiscal, entre 1999 e 2000 e de 2008 a 2013. Formado nos anos 1980 na Universidade Ernst Moritz, em Greiswald, na antiga República Democrática Alemã, presidiu à Comissão Instaladora da Ordem dos Farmacêuticos de Moçambique, em 2005. Do seu currículo, constam funções de consultor do Ministério da Saúde, de CEO da Medimoc, companhia de importação e distribuição farmacêutica de capital parcialmente público, e de diretor-técnico da Medimport, uma empresa privada.

26

A participação portuguesa no I Congresso Luso-Angolano dos Profissionais de Saúde e Reinserção Social, realizado em fevereiro de 1997, ocorreu no ambiente político favorável a um novo relacionamento entre Portugal e as ex-colónias, já mencionado. Pela primeira vez no país, acompanhando a ministra da Saúde, os farmacêuticos portugueses foram recebidos no aeroporto de Luanda por colegas angolanos. Não se conheciam, mas o contacto permitiu lançar as sementes de uma cooperação frutífera.

Com efeito, numa jornada de intenso trabalho que se prolongou por vários dias, aprofundaram-se os laços entre os profissionais dos dois países. Na definição de prioridades de colaboração entre o Conselho da Cooperação da Ordem dos Farmacêuticos portuguesa e a Associação dos Profissionais de Farmácia de Angola (Assofarma) empenharam-se sobretudo o bastonário João Silveira, a presidente daquela entidade, Ana Aguiar, mais tarde membro da primeira Comissão de Legislação, Ética e Deontologia da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, e Daniel António, futuro presidente da AFPLP.

Criada três meses antes, a Assofarma reunia na época 33 farmacêuticos, grande parte dos quais formados em países do Leste europeu, e técnicos de farmácia. Em estreita colaboração com a AFPLP, procurou aproveitar a janela de oportunidade que em Angola seria aberta com a introdução de um sistema de carreiras por profissões, que a prazo permitiria reconhecer os farmacêuticos como agentes de saúde.

Conhecedor do terreno, uma vez que nasceu em Angola, Rui Raposo acabou por envolver-se em diversas iniciativas, em articulação com o Governo angolano. “Desafiaram-me para abordar questões como a introdução de medicamentos genéricos e a legislação farmacêutica. Fui lá várias vezes, graças às boas relações que mantínhamos e ao facto de a ANF ser uma instituição reconhecida, também pela sua qualidade técnica”, recorda.

### **A introdução do princípio democrático – cada país, um voto – constituiu uma forma de estimular o envolvimento dos profissionais.**

Então diretor-executivo da área empresarial da ANF, hoje gestor, Rui Raposo foi o primeiro secretário-geral da AFPLP, num mandato que se prolongou até 2000. Posteriormente, entre 2005 e 2007, presidiu ao Conselho Fiscal. Desempenhar o cargo de secretário-geral naquelas circunstâncias “significava fazer tudo, porque os africanos estavam numa fase de organização incipiente e faltava-lhes uma visão global do que deveria ser a AFPLP”. A necessidade de criar condições “para integrar os farmacêuticos nos sistemas de saúde, suprir lacunas técnicas e produzir documentos de reflexão” era, todavia, suficientemente estimulante para eliminar todos os obstáculos. Assumindo-se os portugueses como locomotiva, porque era essencial a sua experiência. Daí que, na análise deste período, João Silveira e Rui Raposo partilhem a mesma visão: embora fosse importante a presença do Brasil, “Portugal é que puxou por isto”.



*Na criação do curso de Ciências Farmacêuticas do ISCTEM, o papel de Carlos Maurício Barbosa (à esquerda na foto) revelou-se decisivo*

Também em Moçambique a cooperação começava a materializar-se em realizações concretas. Primeiro em países africanos lusófonos, o curso de Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM) abriu em 1997 em Maputo. O processo de criação da licenciatura teve como principais protagonistas duas personalidades: do lado moçambicano, o reitor, Paulo Ivo Garrido, futuro ministro da Saúde; do lado português, Carlos Maurício Barbosa, coordenador do curso, que como já foi referido integrava o Conselho de Cooperação.

O apoio da Ordem dos Farmacêuticos e das faculdades de Farmácia de Lisboa, Porto e Coimbra revelou-se decisivo para a introdução do curso na estrutura formativa do ISCTEM. Apesar de se tratar de um estabelecimento de ensino privado, o projeto contou com a concordância do ministro da Saúde de Moçambique, o médico Aurélio Zilhão. O que também explica por que razão avançou rapidamente: foi concretizado em cerca de quatro meses.

Como seria de esperar, a licenciatura deu um impulso decisivo à profissão no país, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo. De apenas sete farmacêuticos, passou para os atuais 530. Entre os formados no ISCTEM, figura Lucien Pierre, atual presidente da Associação dos Farmacêuticos de Moçambique (Afarmo), fundada em 2009, que está em vias de se converter em ordem profissional.



*Rui Raposo (do lado esquerdo) foi o primeiro secretário-geral da AFPLP, na fase de organização*

Ao mesmo tempo, o projeto abriu caminho ao aprofundamento da cooperação entre portugueses e moçambicanos. Um farmacêutico português que participou no desenvolvimento de um programa na Farmácia do Hospital Central de Maputo acabaria por fixar residência no país. No âmbito de um protocolo entre a Ordem dos Farmacêuticos e a unidade hospitalar, coube a uma equipa de profissionais lusos efetuar o levantamento de necessidades.

Em Maputo, na Assembleia-Geral de 1997, Angola não esteve representada. Foi aprovada a primeira Carta de Farmácia e dos Farmacêuticos de Língua Portuguesa, que seria revista em 2015. Satisfazendo o primeiro objetivo enunciado nos estatutos da AFPLP, inspirava-se em recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e na Carta da Farmácia Europeia.

Antecedendo a reunião da organização, o 1º Encontro Internacional de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, que também teve lugar na capital moçambicana, debateu a questão do exercício farmacêutico no âmbito da saúde pública. Numa fase em que o país ainda evidenciava insuficiências em matéria de dispensa de medicamentos e de qualificação de quadros, mas também de regulamentação e de fiscalização, foi apreciada a proposta de lei do medicamento, que se encontrava em discussão.

No muito rico ano de 1997, vale ainda a pena recordar o protocolo de cooperação firmado entre a Ordem dos Farmacêuticos portuguesa e os farmacêuticos cabo-verdianos para a criação da associação de farmacêuticos, que posteriormente seria convertida em ordem profissional. A cerimónia de assinatura, que contou com a presença dos ministros da Saúde de Cabo Verde, João Medina, e de Portugal, Maria de Belém Roseira, decorreu nas instalações da Inpharma, empresa de produção, comercialização e exportação de medicamentos e outros produtos farmacêuticos constituída em 1991 por Judith Lima, que representou os colegas cabo-verdianos.



*Judith Lima, já falecida,  
presidiu à Associação entre  
1999 e 2002*

Uma das poucas detentoras de licenciatura em Farmácia aquando da independência do país, em 1975, Judith Lima exerceu funções no Hospital Agostinho Neto e esteve ligada à Emprofac, única empresa importadora e distribuidora de medicamentos no país, que desde o início deteve 40% do capital da Inpharma. Presidente da AFPLP entre 1999 e 2002, faleceu em 2010. A sua importância no desenvolvimento do setor no país, especialmente na indústria farmacêutica, justifica o prémio de investigação com o seu nome, lançado em conjunto pela Inpharma e a Ordem dos Farmacêuticos de Cabo Verde.

O nome de outra farmacêutica formada em Portugal, Isaura Gomes, foi invocado por João Silveira, na intervenção proferida no aniversário da AFPLP, em 2018, pelo facto de em 1997 presidir à Associação das Mulheres Empresárias de Cabo Verde. “Zau” – como era carinhosamente tratada – foi na década de 1980 diretora nacional de farmácias. Em 1989, criou o primeiro laboratório de análises clínicas do país. Nascida no seio de uma família humilde, cedo alinhou em atividades anticoloniais. O seu pioneirismo manifestou-se, igualmente, na política: primeira e única deputada eleita, entre 1975 e 1981, ano em que abandonou o ainda hegemónico Partido Africano da Independência de Cabo Verde; primeira mulher eleita presidente de Câmara Municipal de S. Vicente, de 2004 a 2011. Fortemente empenhada na valorização dos direitos das mulheres, fez parte do núcleo fundador da Organização Nacional das Mulheres de Cabo Verde e da Associação de Mulheres Empresárias, e liderou também a Federação de Associações de Promoção da Mulher.

Judith Lima foi eleita para a presidência da AFPLP no IV Congresso, realizado na Cidade da Praia em março de 1999, acabando por cumprir dois mandatos, até 2002. A ocasião foi aproveitada para dar a conhecer a Associação Cabo-Verdiana de Farmacêuticos, que acabara de ser constituída. Coube a Edith Maurício dos Santos a missão de apresentar o organismo, nessa fase inicial reservado a farmacêuticos, liderado por Judith Lima.

Os farmacêuticos lusófonos aprovaram um voto de solidariedade com a Guiné-Bissau, cuja representante – Cândida Gomes Lopes, vogal do Conselho de Administração, cargo que voltaria a exercer no biénio 2002-2004 – não pôde comparecer. Já tinham sido estabelecidas algumas pontes com os colegas guineenses no ano anterior, durante uma visita oficial da ministra da Saúde portuguesa a Bissau, que propiciou a assinatura de um protocolo de cooperação entre a Ordem dos Farmacêuticos de Portugal e o núcleo pró-Associação dos Farmacêuticos da Guiné-Bissau. A deslocação de Maria de Belém ocorreu cerca de 15 dias antes da tentativa de deposição do presidente “Nino” Vieira pelo general Ansumane Mané, que marcou o início de um período de grande instabilidade no país.

“Disseram-nos mais tarde que [as forças adversárias do presidente] esperaram que a visita acabasse para resolverem os assuntos internos”, afirma Rui Raposo. Não resolveram. O acordo de paz entretanto negociado revelou-se de tal modo frágil que em janeiro de 1999 as balas voltaram a ouvir-se. Em maio, já depois do congresso da Associação, um novo golpe conduziu à rendição de “Nino”. Pese embora a crónica instabilidade política da Guiné-Bissau, sobretudo nesse período, há registo da participação de vários farmacêuticos guineenses na AFPLP, com papel relevante na sua afirmação. São os casos, além de Cândida Lopes, de Quintino Malu, que integrou o Conselho Fiscal de 1996 a 1999, e de Carlos Bubacar Baldé, vogal do Conselho de Administração entre 2005 e 2015.

Do conclave de 1999, saiu também o Código Deontológico farmacêutico. Elenco de deveres atinentes a questões como o sigilo profissional, para salvaguardar a confidencialidade do doente, a colaboração com serviços públicos e privados de saúde, a articulação entre o ensino e os farmacêuticos, a formação contínua e, genericamente, a qualidade na prestação de serviços, o código serviu de orientação às associações farmacêuticas dos países-membros da Associação, já perfeitamente estabilizada, para elaborarem os seus próprios instrumentos éticos.

Coincidindo com as comemorações dos 500 anos da descoberta – no Brasil, há quem prefira a expressão achamento – das terras de Vera Cruz, o V Congresso Mundial ocorreu em 2000 no Rio de Janeiro, em simultâneo com o XVII Congresso Pan-Americano de Farmácia. A política de informação da AFPLP deu um novo passo, com a apresentação do site [www.farmaciaemportugues.org](http://www.farmaciaemportugues.org), desenvolvido por uma equipa coordenada por José António Aranda da Silva. Plataforma de permuta de informação, profissional e científica, foi concebido com a ambição de se tornar um ponto de encontro de farmacêuticos de língua portuguesa. O boletim informativo “Notícias – Farmácia em Português”, regularmente editado, viria também a consolidar-se como instrumento fundamental no domínio da comunicação. Mais tarde, seria ainda distribuída uma brochura institucional sobre o âmbito de atuação da Associação.

**Judith Lima foi eleita para a presidência da AFPLP no IV Congresso, realizado na Cidade da Praia em março de 1999, acabando por cumprir dois mandatos, até 2002. A ocasião foi aproveitada para dar a conhecer a Associação Cabo-Verdiana de farmacêuticos, que acabara de ser constituída.**

36

Analisada a evolução da atividade farmacêutica e a situação do associativismo profissional em cada um dos países-membros, três resoluções obtiveram aprovação: sobre falsificação de medicamentos, doação de medicamentos e Timor-Leste. Primeira das quatro a que a AFPLP emprestou o seu nome, a referente à falsificação de medicamentos pôs o dedo em várias feridas. Com efeito, não se limitou à denúncia de uma prática tão lucrativa quanto perigosa para a saúde pública, que adquiria contornos mais graves em países onde ainda não estava maduro o sistema legal de regulamentação da produção e distribuição de fármacos ou nos quais a fiscalização evidenciava fragilidades.

Consciente de que quanto mais perfeita é a falsificação, mais difícil é a deteção e o controlo, a Associação propunha “mecanismos efetivos de articulação entre os canais de fabrico e de distribuição dos medicamentos”. Disponibilizando-se para colaborar na implementação de sistemas adequados de controlo e garantia da qualidade, exortava à intervenção mais eficaz das autoridades competentes, incluindo na promoção de programas de treino e de deteção de falsificações. Finalmente, sensibilizava os farmacêuticos para os cuidados a ter, com vista a prevenir o fenómeno.

O documento sobre doação de medicamentos estabelecia, seguindo a recomendação da OMS, normas neste plano, em respeito por quatro princípios basilares: benefício máximo para o recetor; respeito pelas suas necessidades e autoridade; elevado grau de qualidade; comunicação eficaz entre o doador e o recetor. A título de exemplo, desaconselhava o envio sem o prévio consentimento do recetor e defendia a obtenção de garantias de que os medicamentos estavam aprovados no país de destino, respeitavam o prazo de validade e era usada na rotulagem uma língua compreendida pelos profissionais de saúde desse país.

Cerca de um ano após o referendo em Timor-Leste, que criou condições para a independência, alcançada em 2002, a Associação não quis deixar de homenagear um povo que teve a coragem de participar em massa na consulta, com os resultados conhecidos: foi rejeitada a incorporação oficial do território na Indonésia, que o invadira em 1975, apesar do clima de terror criado pelas milícias populares, patrocinadas pelo poderoso vizinho.

“A população do mais jovem país do mundo tem demonstrado uma determinação inigualável e uma capacidade de concretização dos objetivos a que se propõe”, lia-se na resolução. O documento considerava a assistência farmacêutica decisiva no desenho do futuro sistema de saúde do mais jovem país do mundo e manifestava disponibilidade para ajudar ao seu desenvolvimento, nos planos legislativo, mas também na formação farmacêutica e em matéria de circuitos de produção, distribuição e dispensa de medicamentos.

Dois anos volvidos, em 2002, seria lançado um concurso internacional destinado a recrutar um farmacêutico para Timor-Leste, com a missão de apoiar a organização do sistema de saúde nesta área, processo que não teve sequência. O Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde, criado em 2004, deu um empurrão decisivo para melhorar o panorama. Um relatório do Banco Mundial produzido em 2017 registou avanços no acesso a serviços básicos de saúde em zonas rurais e em quase todos os indicadores, como a esperança de vida e a mortalidade infantil.

Todavia, é longo o caminho a percorrer por Timor-Leste no domínio farmacêutico. Daí que a antiga colónia portuguesa, sucessivamente instada a filiar-se, ainda não integre a AFPLP. Na Assembleia-Geral de 2012, o farmacêutico angolano Mateus Fernandes propôs que fossem convidadas para



*Assembleia AFPLP, Lisboa, 2012, da esquerda para a direita:  
Maria da Luz Sequeira, Maurício Barbosa, Boaventura Moura,  
Paulo Cleto Duarte e João Silveira.*

o congresso seguinte delegações de colegas timorenses e da Guiné Equatorial, entretanto admitida na CPLP. O acolhimento da sugestão ficou dependente, no caso da Guiné Equatorial, da prévia avaliação da situação.

“O impacto da globalização na atividade farmacêutica”, tema escolhido para o VI Congresso da Associação, realizado em 2002, proporcionou a discussão de problemáticas como o acesso à profissão e o uso de tecnologias de informação e de comunicação. Correspondendo a um princípio de rotatividade entre países na presidência, tacitamente aceite, João Silveira – que cumpriria depois dois mandatos como vice-presidente – assumiu a liderança.

Em entrevista à “Farmácia Portuguesa”, revista institucional da ANF, fez questão de evidenciar as virtualidades do rumo traçado pela AFPLP. Criada entre os membros uma “relação de confiança, entreadjada e solidariedade” – mais: “um espírito de farmacêuticos lusófonos” – a entidade poderia funcionar como instrumento de um desígnio nacional, que ultrapassava a sua dimensão: “Considero que é estratégico para Portugal o aprofundamento do relacionamento com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil”, sustentou o presidente eleito.

Paulo Cleto Duarte substituiu Rui Raposo como secretário-geral, cargo que conservou até 2015. Como já desempenhava desde 1999 funções dessa natureza na Ordem dos Farmacêuticos, acompanhara a par e passo a evolução da AFPLP. Rapidamente tomou consciência de que a ligação à Ordem e o alinhamento com a estratégia política de aprofundamento das relações entre Portugal e as antigas colónias, centrada na cooperação, constituíam fatores fundamentais para o desenvolvimento da sua atividade.

O ambiente sociopolítico da maioria desses países ainda era agitado. Embora nem sempre fosse fácil um “relacionamento estruturado” com alguns deles, não faltava campo de potencial atuação. “Basta olhar para a capacitação das equipas. Exceto em Portugal e no Brasil, os recursos humanos farmacêuticos ainda eram insuficientes”, reconhece Paulo Cleto Duarte. Não se tratava, evidentemente, apenas de uma questão de qualidade: numa fase em que começavam a sair do ISCTEM os primeiros licenciados moçambicanos em Ciências Farmacêuticas, a formação de base e a pós-graduada tinham obrigatoriamente de se manter entre as preocupações centrais.

A receita não podia, portanto, sofrer variações. “Era preciso viver com a diversidade. Conseguimos fazê-lo, porque incluímos em vez de excluímos”. A ausência de discriminações produziu efeitos positivos: “Encontrámos o máximo denominador comum, o que permitiu construir uma relação que vai muito para além de sermos farmacêuticos”, assinala Paulo Cleto Duarte.

O presidente da ANF, que exerce funções de vogal do Conselho Fiscal da AFPLP, não tem dúvidas de que a entidade “faz o que a CPLP nunca conseguiu fazer: o desenvolvimento de uma agenda estruturada comum à classe farmacêutica”. Assim consegue ajudar a resolver questões aparentemente tão básicas como as regulamentares, o registo de medicamentos, o controlo de qualidade ou a capacitação da farmácia hospitalar.

No congresso do Funchal, em 2002, ficou decidido o apoio institucional da Associação a Pascoal Mocumbi, candidato a diretor-geral da Organização Mundial de Saúde. O primeiro-ministro moçambicano, médico de profissão, dispunha de reconhecida capacidade e competência para desempenhar o cargo, mas seria preterido a favor de Joon Wook Lee, nome avançado pela Coreia do Sul.

Cada vez mais na ordem do dia, o combate ao VIH/SIDA foi objeto de uma resolução. A magnitude do fenómeno, avaliada a partir de estatísticas aterradoras, impunha uma ação enérgica, capaz de produzir impacto global. O Programa das Nações Unidas para o VIH/SIDA fixava em 40 milhões o número de pessoas infetadas no final de 2001, das quais cinco milhões tinham contraído o vírus nesse ano.

Nenhuma instituição podia ficar indiferente. Em junho de 2001, pela primeira vez reunida em sessão especial para debater o flagelo, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovava por unanimidade uma Declaração de Compromisso, estabelecendo objetivos a concretizar até 2015. Um ano depois, os progressos científicos neste domínio foram apresentados na XIV Conferência Mundial sobre o VIH/SIDA, identificado como uma das doenças de combate prioritário pela Conferência de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável. No universo lusófono, há muito que os alarmes soavam, já que entre os atingidos figuravam países como Angola e Moçambique. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa, contudo, só em 2002 aprovou um acordo de cooperação incidindo no VIH/SIDA e em outras doenças sexualmente transmissíveis.

O controlo de resistências a medicamentos antimicrobianos, em atenção ao perigo para a saúde pública que representam, e a intervenção farmacêutica no reforço da adesão a terapêuticas de longa duração, justificaram a aprovação de resoluções, em 2003. Os farmacêuticos lusófonos defenderam a prescrição obrigatória de antimicrobianos sempre que seja previsível o desenvolvimento de resistências, bem como a introdução de normais legais de maior rigidez,

um controlo mais apertado das autorizações de importação, prescrição e dispensa e a adoção de campanhas de informação ao público sobre o uso correto daquele tipo de fármacos. No que diz respeito à problemática da adesão às terapêuticas, a prestação de informações e a consciencialização dos doentes para a importância dos tratamentos era apresentada como um dever dos profissionais de farmácia.

Reconhecida como interlocutor válido das autoridades nacionais na sua área de intervenção, a Associação começou por esta altura a empreender uma estratégia de reforço da sua presença em organizações internacionais, na mira de assegurar projeção no exterior. Aceite em setembro de 2003, no congresso de Sidney, como membro observador da FIP, de que já faziam parte o Brasil e Portugal, integrou em abril de 2004 o núcleo fundador do Fórum Farmacêutico Africano, uma parceria entre profissionais do continente, no âmbito da OMS-África, assente em princípios semelhantes aos do EuroPharm Fórum, instituído na Europa.

**Os farmacêuticos lusófonos defenderam a prescrição obrigatória de antimicrobianos sempre que seja previsível o desenvolvimento de resistências, bem como a introdução de normais legais de maior rigidez, um controlo mais apertado das autorizações de importação, prescrição e dispensa e a adoção de campanhas de informação ao público sobre o uso correto daquele tipo de fármacos.**

Em Harare, no Zimbabué, onde a organização nasceu oficialmente, foram identificadas três áreas específicas de atuação: VIH/SIDA e tuberculose; malária; acesso e qualidade do medicamento. A coordenação do grupo lusófono na área da SIDA foi atribuída a Moçambique. Chonguiça Moreira Chonguiça, farmacêutico do país já falecido, foi eleito para o Conselho Executivo. Recorda João Silveira que, “brilhante” como era, preparou-se em três tempos para o discurso que teve de fazer perante os pares. Ligado ao Ministério da Saúde de Moçambique, Moreira Chonguiça era desde 2002 vogal do Conselho de Administração da AFPLP.

Em 2005, ano em que a Associação recebeu o prémio “Almofariz”, atribuído pela revista portuguesa “Farmácia Distribuição” ao melhor projeto da área farmacêutica, o brasileiro Salim Tuma Haber ascendeu à presidência, passando João Silveira a vice-presidente. Graduado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal do Pará, em 1972, e professor universitário, Haber era diretor tesoureiro do Conselho Federal de Farmácia.

Através de uma resolução significativamente intitulada “O compromisso dos farmacêuticos com o combate ao VIH/Sida”, o tema voltou em 2005 a concentrar a atenção dos participantes no VII Congresso, em Maputo. O empenhamento dos farmacêuticos no seu desenvolvimento profissional contínuo, para melhorarem a qualidade da intervenção neste domínio, constituía um compromisso que a realidade crescentemente reclamava. Quase três quartos dos 38 milhões de seropositivos estimados a nível mundial viviam em África. A meta da OMS consistia em proporcionar acesso à terapêutica antirretrovírica a três milhões de pessoas, até ao final de 2005. Perante este quadro, os farmacêuticos disponibilizavam o seu saber para se envolverem em áreas como a garantia da qualidade e segurança do circuito dos medicamentos, a promoção da saúde, a prevenção da doença e o diagnóstico e deteção precoces.



44

*Pedro Coelho e Chonguça Moreira Chonguça,  
duas figuras marcantes da história da AFPLP*

A questão do combate à SIDA continuou no Congresso de Angola, em 2006, a inscrever-se entre as preocupações dominantes. Inevitavelmente, foram discutidos os contextos de exercício profissional no Brasil e em Portugal. Alterações legislativas ocorridas pouco tempo antes permitiram envolver mais de 20 mil farmacêuticos brasileiros na prestação de cuidados de saúde à população, no âmbito dos serviços públicos de saúde primária, através do chamado Plano Social de Família. Apesar de no Brasil vigorar um regime liberalizado, Salim Haber anunciou no congresso que triplicou o número de farmácias de oficina propriedade de farmacêuticos.

Os colegas portugueses estavam então em guerra aberta com o Governo – Paulo Cleto Duarte falou mesmo em “perseguição de toda a classe farmacêutica”. Em causa, entre outras questões, o propósito de eliminar o princípio, historicamente consolidado, da reserva aos farmacêuticos da propriedade de farmácias. O voto de solidariedade e apoio então aprovado não logrou travar o processo: a alteração do quadro legislativo, operada em 2007, acabaria por consagrar em Portugal um regime de liberalização parcial da propriedade. Mais de 40 anos depois da introdução da reserva de propriedade, ainda no tempo da ditadura, virava-se uma página.

No VIII Congresso, em cujo discurso de encerramento Salim Haber apresentou o farmacêutico como “soldado de plantão da humanidade”, foi apreciada a proposta de criação de uma licenciatura em Ciências Farmacêuticas na Universidade Agostinho Neto, em Angola. Decidida a instalação, no seio da AFPLP, de uma estrutura vocacionada para o acompanhamento permanente e a permuta de informações sobre o projeto, foi também recomendada a constituição de uma comissão de farmacêuticos angolanos encarregada de se manter a par da evolução do processo político e legislativo que daria corpo ao projeto. Usufruindo de cobertura política, por ser acarinhado pelo Ministério da Educação, o projeto

fez o seu caminho. A licenciatura está em funcionamento, no âmbito do Instituto Superior de Ciências da Saúde, inaugurado em 2014. A Universidade Privada de Angola fora, neste domínio, pioneira no país, em 2000.

A valorização de uma intervenção diferenciada dos farmacêuticos, enquanto especialistas no medicamento, para garantir a obtenção de ganhos em saúde e o sucesso de políticas centradas no doente, foi a pedra basilar de uma das resoluções, aprovadas em Luanda – a outra retomou o tema da qualidade e segurança dos medicamentos.

Proclamando que “o exercício da profissão farmacêutica deve ser encarado como uma atividade liberal, autónoma, autorregulada e independente, alicerçado na evidência científica”, a resolução sobre “Desafios para a formação dos farmacêuticos no século XXI: conhecimentos e competências” sublinhava a necessidade de a formação oferecer respostas aos problemas colocados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e pela evolução técnico-científica na área da saúde. “Os farmacêuticos devem assumir a responsabilidade individual e sistemática de manter, desenvolver e alargar os seus conhecimentos, capacidades e atitudes, de modo a assegurar uma elevada competência profissional ao longo da sua carreira, através de um processo de desenvolvimento profissional contínuo”, lia-se no documento.

Em abril de 2008, na Cidade da Praia, Daniel António foi eleito presidente, para um mandato que se prolongou até 2013. O angolano, que fora vice-presidente entre 2002 e 2004, era quadro superior da administração pública, carreira que outros farmacêuticos seguiram na África lusófona. Desempenhara de 1999 a 2006 o cargo de diretor nacional de Medicamentos e Equipamentos e, depois, de diretor do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Saúde (Minsa). Atualmente, preside à Assembleia-Geral da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, a cuja constituição, em 2014, a AFPLP prestou apoio, sobretudo no plano da elaboração dos estatutos.

Jaldo de Sousa Santos, um dos mais ativos dirigentes da Associação, que entre 1999 e 2000 integrara o Conselho Fiscal, tornou-se vogal do Conselho de Administração. Incansável defensor dos medicamentos genéricos, detinha um vasto currículo. Diplomado pela Universidade Federal de Goiás, cumpriu sete mandatos, de 1998 a 2011, na presidência do Conselho Federal de Farmácia do Brasil. Em 2012, dois anos antes de falecer, recebeu da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária o título de farmacêutico 7 Estrelas.

O contributo do farmacêutico para o desenvolvimento do sistema de saúde dos países lusófonos, determinante para o sucesso de qualquer política implementada no setor, e o investimento na formação, indispensável à qualidade do desempenho profissional, estiveram em discussão neste IX Congresso.

**“Os farmacêuticos devem assumir a responsabilidade individual e sistemática de manter, desenvolver e alargar os seus conhecimentos, capacidades e atitudes, de modo a assegurar uma elevada competência profissional ao longo da sua carreira, através de um processo de desenvolvimento profissional contínuo”**

A Organização Mundial de Saúde fez-se representar por dois dos seus dirigentes – Carlos Brito, da OMS-Cabo Verde, e António Pedro Delgado, da OMS-Afro – o que nunca tinha acontecido. Participaram delegações de todos os países-membros da AFPLP.

Em matéria de resoluções, os congressistas elegeram temas recorrentes: a intervenção farmacêutica no âmbito do VIH/SIDA e a contrafação de medicamentos. Em ambas as dimensões, o cenário era negro. Entre os infetados pelo VIH, 2,5 milhões eram crianças. Mais de dois terços do total de afetados viviam na África subsaariana, região onde em 2007 ocorreram 76% das mortes causadas pela epidemia. A farmacêutica Carla Djamila Reis revelou em pleno congresso que também em Cabo Verde o panorama estava a agravar-se, quer quanto aos casos de doença detetados, quer quanto a óbitos. Por outro lado, de 2005 a 2006 a apreensão de produtos medicinais nas alfândegas da União Europeia aumentou quase 400%, provando à saciedade o impacto no mercado farmacêutico da desregulação do comércio, a nível mundial. A contrafação convertera-se num problema de saúde pública, que obrigava as autoridades a inscreverem-na nas suas agendas.

No domínio da formação, surgiram boas notícias. Da Universidade Jean Piaget, em Cabo Verde, saíra já um diplomado do curso de Ciências Farmacêuticas, com cinco anos de duração, incluindo estágios de seis meses em farmácia de Oficina e em farmácia Hospitalar. Tratava-se de um avanço significativo, apesar de não existir ainda no país formação pós-graduada ou contínua.

Na Assembleia-Geral realizada em Lisboa, em 2012, coube a João de Jesus Castro Manuel apresentar o relatório sobre a situação em Angola, onde trabalhavam na época 216 farmacêuticos. Deu conta de uma evolução globalmente positiva, mas sublinhou que a qualidade dos medicamentos não pode ser garantida, por falta de um laboratório nacional de controlo. Por outro lado, aludiu à extensa fronteira terrestre de Angola, “através da qual se regista intenso trânsito de mercadorias, resultando em um enorme desafio para o controlo da entrada de produtos farmacêuticos”.

Aranda da Silva abordou o impacto no campo da saúde do programa de assistência financeira externa, a cujas regras Portugal estava submetido. O ex-bastónario da Ordem dos Farmacêuticos, que presidia ao Conselho para a Cooperação, cumprindo uma regra não escrita segundo a qual após o mandato os bastónarios assumiam aquelas funções, explicou que o efeito cruzado da redução das margens da distribuição e do preço dos medicamentos empurrou as farmácias para uma situação insustentável. “O futuro do setor depende da sua capacidade de continuar a responder aos problemas da sociedade, bem como de demonstrarmos o benefício da intervenção profissional das farmácias para o bem-estar social”, afirmou.



*O "simpósio-satélite" contou com a participação de farmacêuticos de diversos países*

50

A resolução sobre Boas práticas de Farmácia, aprovada na AG de 2012, constitui um marco na história da AFPLP. Declarando a farmácia como um espaço de saúde reconhecido pelos utentes, primeiro ponto de contacto com o sistema e, por isso, de interesse público, consagra o princípio de que "a atividade farmacêutica consiste em auxiliar o doente na melhor utilização do medicamento", o que aumenta as responsabilidades do profissional.

O 20.º aniversário da Associação foi comemorado em 27 de maio de 2013 com um "simpósio-satélite" em São Tomé e Príncipe, precedendo o X Congresso, marcado para Luanda. Na organização da iniciativa, que implantou um modelo inovador na organização, participou ativamente Aranda da Silva. Sob o lema "Juntos em Defesa da Saúde", o simpósio contou com a participação de mais de 120 pessoas.

Neurice Ramos, do Departamento Farmacêutico do Ministério da Saúde, deu conta do estado do setor no país, que seguindo o exemplo de Angola e de Cabo Verde se preparava para adotar a resolução da AFPLP sobre Boas Práticas. Farmacêutica ligada à Associação desde 1997 – foi vogal do Conselho de Administração até 1999 e nos mandatos 2002-2004 e 2008-2013 – Marcelina Quaresma da Costa representou os profissionais santomenses na sessão de encerramento.

Durante o evento, foi homenageado Emílio Sardinha dos Santos, que viria a falecer em 2014. O farmacêutico, que teve um papel relevante na estruturação do sistema farmacêutico de São Tomé e Príncipe, era considerando um exemplo para as gerações futuras. Nascido em 1932, obteve o bacharelato, mas viria a licenciar-se, já com mais de 40 anos, pela Universidade do Porto, onde concluiu o curso de especialidade em Análises QuímicoBiológicas e travou conhecimento com colegas portugueses, como Aranda da Silva.

Sardinha dos Santos exerceu diversas funções na administração pública do seu país, como analista-chefe do quadro da Direção dos Serviços de Saúde, chefe dos Serviços Farmacêuticos ou diretor de Farmácia do Ministério da Saúde e Desporto. Organizador de cursos de formação de técnicos farmacêuticos, participou na elaboração do primeiro Formulário Terapêutico Nacional. Foi responsável pela inventariação, catalogação e estudo das plantas medicinais do arquipélago e, enquanto coordenador da Comissão para o Desenvolvimento da Medicina Tradicional em São Tomé e Príncipe, promoveu os primeiros encontros nacionais de Medicina Tradicional.

Na Assembleia-Geral da AFPLP, que se seguiu ao simpósio, foi eleito presidente o moçambicano Lucilo Williams. Com formação de base no ISCTEM e pós-graduação em Economia da Saúde obtida na Universidade de York, esteve ligado ao Ministério da Saúde de Moçambique. Entre outras funções, foi diretor do Laboratório Nacional do Controlo de Qualidade de Medicamentos, entre 2009 e 2011. Integrou em 2015 o grupo de trabalho no âmbito da Parceria Global de Resistência a Antibióticos (GARP, na sigla em inglês), destinado a avaliar o nível de uso de antibióticos e a conceber um plano estratégico nacional neste campo. Trabalhou na Deloitte como especialista na gestão da cadeia logística e colaborou com diversas organizações sem fins lucrativos, como a FHI 360, a MSH (Management Sciences for Health) e a Village Reach, de que é atualmente diretor-técnico.

Ao congresso mais participado de sempre – estiveram presentes em Luanda cerca de 800 pessoas – compareceram representantes das autoridades reguladoras dos medicamentos dos países-membros da Associação. Oportunidade para constituir o Fórum das Agências Reguladoras do Medicamento do Espaço Lusófono (Farmed), vocacionado para fomentar a cooperação e harmonizar aspetos de caráter regulamentar e relacionados com o registo de medicamentos, o licenciamento e a inspeção.

Instrumento de incentivo à colaboração mútua, o Farmed visa fortalecer as capacidades nacionais, em matéria de promoção e garantia de acesso e uso racional de medicamentos de qualidade, eficazes e seguros, bem como contribuir para o desenvolvimento sustentado do setor e dos sistemas de saúde, eliminando barreiras suscetíveis de o comprometer. Na primeira reunião, em Portugal, o então presidente do Infarmed, Eurico Castro Alves, foi eleito para a liderança. Na “Declaração de Lisboa”, documento fundador da instituição nessa altura assinado, são traçados objetivos estratégicos e áreas de atuação. Os membros assumem o compromisso de tornar o Farmed uma rede de referência indissociável do sector do medicamento do espaço lusófono. A ocasião foi ainda aproveitada para lançar a obra “Regulamentação Farmacêutica nos PALOP”.

**Ao congresso mais participado de sempre – estiveram presentes em Luanda cerca de 800 pessoas – compareceram representantes das autoridades reguladoras dos medicamentos dos países-membros da Associação.**

Os congressistas prestaram homenagem a Nsingui António, o mais antigo farmacêutico angolano, que começou a trabalhar em 1976, quando o país só era servido por cinco profissionais. Natural do Uíge, deu um forte contributo para o desenvolvimento dos serviços farmacêuticos no país e para a investigação e pesquisa de plantas medicinais (identificou mais de 600), a valorização da fitoterapia e a formação. Entre outros cargos públicos, foi coordenador nacional da medicina tradicional, que tão bem conhecia – sobretudo a etnobotânica, ramo dedicado ao estudo do papel das plantas na vida das populações.



*Maria da Luz Nobre Leite (na foto, com o secretário-geral, Dario Bastos Martins) assumiu a presidência em 2017*

Nsingui António, autor de trabalhos de investigação enquadrados na farmacognosia, sobre o tratamento de doenças infecciosas, disfunções metabólicas e doenças alérgicas, fora já homenageado pelo Ministério da Saúde e pela Universidade Jean Piaget. Em 2014, em entrevista à revista da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, defendeu que o país deve aproveitar o seu clima tropical para aliar a produção de fármacos convencionais à de naturais, opção que não pode prescindir da formação técnica e científica dos farmacêuticos.

Na sessão de encerramento da reunião magna da AFPLP de 2013, o anúncio da criação da Ordem dos Farmacêuticos de Angola coube a Boaventura Moura, diretor nacional de Medicamentos e Equipamentos do país, que viria a ser o primeiro bastonário eleito e integrou a Comissão Instaladora, constituída de imediato. Helena Vilhena e António Zangulo, futuros vice-presidentes do Conselho Nacional da Ordem, e Pombal Mayembe, presidente do Conselho Fiscal nos corpos gerentes iniciais, foram os outros membros da comissão. Escolhido para vice-presidente da AFPLP em 2015, Boaventura Moura preside ao Conselho Fiscal desde 2017. Foi, também, o primeiro vice-presidente do Farmed.

A Carta de Farmácia e dos Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa foi atualizada em março de 2015, no IX Congresso, em Moçambique. “Fundamento do exercício presente e futuro da profissão, entre os farmacêuticos que se exprimem pela mesma Língua e compartilham um vasto leque de heranças culturais e históricas”, a carta exprime a natureza liberal da profissão. Os compromissos de independência, subordinação a um quadro ético e deontológico e não sujeição a “qualquer interesse estranho à prevenção e combate à doença”, plasmados no documento, são fundamentais à demonstração do valor acrescentado que os farmacêuticos emprestam ao sistema de saúde.

Valmir de Santi, que desde 2013 era “vice” e em 2017 voltou a essas funções, foi eleito para a liderança da Associação. Era então vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia do Brasil. Graduado em Farmácia e Bioquímica e mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde lecionava nos cursos de Farmácia, Enfermagem e Medicina, foi também presidente do Conselho Regional de Farmácia do Paraná. É autor de obras sobre assistência farmacêutica e chegou a dedicar-se à Farmácia Comunitária. Foi, também, gestor do Sistema Único de Saúde do município de Ponta Grossa.

Para o lugar de vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral, foi escolhida Carla Djamila Reis, presidente da Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares de Cabo Verde. O português Dario Bastos Martins passou a secretário-geral. Gestor ligado à Glintt – Global Intelligent Technologies desde 2015, é hoje administrador executivo da multinacional tecnológica portuguesa.

Desafiado por Paulo Cleto Duarte, Dario Bastos Martins não tinha experiência anterior neste campo, embora já colaborasse com a AFPLP. Porém, uma vez que os seus pais nasceram em Angola, sabia bem de que forma poderia ser útil ao projeto. Moveu-o “um misto de paixão por África e amor à profissão”. Exerce o cargo com entusiasmo e muito voluntarismo, “para não me esquecer de que sou farmacêutico”. A recompensa é a concretização efetiva de medidas no terreno, para ajudar, à escala da organização, ao desenvolvimento do setor farmacêutico nos países africanos lusófonos.

Em Maputo, foi anunciada a aprovação oficial da constituição da Ordem dos Farmacêuticos de Cabo Verde. Tratava-se de uma velha aspiração da classe, acalentada a partir de 2003, quando a Associação Cabo-verdiana de Farmacêuticos, entretanto extinta, encarregou uma comissão de elaborar os estatutos. O processo de legalização foi desencadeado junto do Ministério da Saúde em 2007, mas só sete anos depois obteve luz verde. A AFPLP lançou um apelo para que Moçambique criasse uma entidade congénere, seguindo os exemplos de Angola e de Cabo Verde.

“Experiência pioneira”. A expressão utilizada nas conclusões do congresso para caracterizar a Academia da AFPLP, realizada antes do evento, é reveladora da importância que lhe foi atribuída. Sendo, estatutariamente, uma “plataforma, não deliberativa, de debate e reflexão sobre o ensino das Ciências Farmacêuticas nos diferentes países-membros”, a Academia consoma, como esclarece Dario Bastos Martins, o propósito de associar à dimensão eminentemente política dos congressos uma vertente de formação científica, de natureza mais prática. Historicamente, a abordagem política prevaleceu, porque as prioridades consistiam em incentivar a criação de estruturas associativas e sensibilizar o poder político dos estados para a necessidade de envolverem os farmacêuticos em domínios como o quadro legal e a organização do sistema de saúde. As transformações entretanto ocorridas justificavam um virar de página.

Os congressistas subscreveram a defesa do reforço do programa de estágios da AFPLP, bem como os programas bilaterais de intercâmbio pré e pós-graduado entre os países de língua de portuguesa. Em 2014, foi lançado o prémio “Estágios em Português”, com a propósito de proporcionar a farmacêuticos com menos de 35 anos estágios remunerados em Portugal, de natureza profissionalizante, a cargo respetivamente da Associação Nacional das Farmácias e da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma). Dois jovens, um cabo-verdiano, outro moçambicano, foram contemplados logo no primeiro ano.

Sob o lema “Vida em equilíbrio: saúde, beleza e bem-estar”, o XII Congresso Mundial dos Farmacêuticos de Língua Portuguesa levou em novembro de 2016 a Gramado, no estado brasileiro de Rio Grande do Sul, cerca de 2000 profissionais e estudantes. Apresentado o novo logotipo da AFPLP, a problemática dos medicamentos falsificados voltou a justificar a adoção de uma resolução. Em defesa do reforço da intervenção dos farmacêuticos no combate ao fenómeno, o documento acolhe um apelo às autoridades reguladoras do medicamento para que “reconheçam a seriedade e o risco que representa para a saúde pública”.

58

Na Assembleia-Geral de outubro de 2017, em Lisboa, foi eleita presidente Maria da Luz Nobre Leite. Farmacêutica cabo-verdiana, “militante” ativa da AFPLP desde os primeiros momentos, liderou o Conselho Fiscal entre 1997 e 1999 e foi de 2002 a 2004 vogal do Conselho de Administração. Em 2016, foi eleita primeira bastonária da Ordem dos Farmacêuticos de Cabo Verde.

Possuidora de uma vasta experiência nas áreas sensíveis do circuito do medicamento em Cabo Verde, Maria da Luz Leite, que se formou na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, foi também Diretora do Laboratório de Análises Clínicas dos Hospital Central da Praia, Diretora do Depósito Nacional de Medicamentos do Ministério da Saúde de Cabo Verde, Diretora-Geral de Farmácia, Presidente da Comissão Nacional de Medicamentos, membro do Conselho do Ministério da Saúde e Promoção Social, Diretora-Geral da Emprofac e mais tarde Presidente do Conselho de Administração da Emprofac.

Procedendo à descrição do panorama do setor farmacêutico na Guiné-Bissau, Zeferina Gomes da Costa revelou na ocasião que foram encerradas 90 farmácias, por falta de qualidade de serviço. As carências no plano da formação tardavam a ser ultrapassadas. O país dispunha apenas de 14 farmacêuticos, diplomados no estrangeiro – na Rússia, Brasil, Cuba e Senegal – e de 154 técnicos de farmácia formados localmente. Dada a sua dimensão, não se justificava um investimento neste campo. A alternativa, admitiu, seria uma parceria com Cabo Verde.

Na Cidade da Praia, em 2018, o XIII Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, coincidente com o 25.º aniversário da AFLPLP, aprovou uma resolução subordinada ao tema “Intervenção farmacêutica no âmbito da resistência antimicrobiana”, matéria de que a organização já se ocupara em 2003. O documento incluía uma preocupante descrição do que estava em causa: “a resistência antimicrobiana é responsável por 700000 mortes anuais a nível mundial e estão projetadas 10 milhões de mortes por dia em 2050 se as tendências atuais não forem revertidas. Destas, 0,7 milhões terão lugar na América do Norte e Europa, enquanto que os números mais altos atingirão a África e a Ásia”.

A relevância da intervenção dos farmacêuticos no incentivo ao uso responsável de antibióticos e na redução da resistência antimicrobiana fora reconhecida em 2014 pela Organização Mundial de Saúde. Uma tomada de posição da FIP, datada de 2015, apontava no mesmo sentido, chamando a atenção para a posição que o farmacêutico ocupa, por ser o profissional de saúde mais acessível à comunidade. Nesta medida, salientava a resolução, “é o ponto de interseção entre todos os intervenientes no sistema de saúde, participando na recolha de informação e acompanhamento dos doentes, sendo vários os artigos publicados que demonstram a mais valia da sua intervenção”.

Os farmacêuticos têm vindo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, patente em diversos indicadores de saúde, como o aumento da esperança de vida e a redução da mortalidade infantil. O trabalho conjunto dos profissionais do setor é um bom exemplo, no âmbito dos países da CPLP. A Associação criou, na expressão de João Silveira, uma verdadeira comunidade de farmacêuticos de língua portuguesa, mais solidária e mais fraterna. É esse, na sua ótica, o seu legado mais significativo: “A AFPLP é multilateral. Junta as pessoas, cria ambientes favoráveis, permite que nos inspiremos uns nos outros. As ações concretas de apoio, de cooperação pura e dura, são bilaterais, através da Ordem”. Paulo Cleto Duarte coincide na avaliação do trabalho levado ao cabo ao longo de 25 anos, ao afirmar que “a Associação foi a ‘cola’ que gerou o consenso sobre para onde deveríamos caminhar”. Não deixa, porém, de sublinhar que “um dos seus grandes méritos foi não se envolver na vertente de negócio, não se misturar com interesses económicos, pessoais”.

# ÓRGÃOS SOCIAIS DA AFPLP

A AFPLP representa os farmacêuticos e as organizações farmacêuticas de sete países-membro – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – distribuídos por três continentes. No seu todo representa cerca de 220 mil Farmacêuticos, numa comunidade de 500 milhões de pessoas, unidas histórica e culturalmente.

Desde a sua fundação, em 1993, a AFPLP sempre se moveu como um elemento facilitador para o intercâmbio de experiências entre os países lusófonos, em áreas tão diferentes como a investigação, produção, regulamentação, distribuição e dispensa de medicamentos, bem como na implementação de programas de prevenção, formação, educação, literacia e avaliação do seu uso.

Desde sempre foi possível observar-se uma relação de amizade, confiança e entreaajuda entre os farmacêuticos de Língua Portuguesa. Todo este respeito e união têm funcionado de forma bilateral e multilateral entre os membros da AFPLP.



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**Renato Ronda**  
Moçambique

### **VICE-PRESIDENTE**

**Pedro Coelho**  
Portugal

### **VICE-PRESIDENTE**

**Arnaldo Zubioli**  
Brasil

### **SECRETÁRIO GERAL E VOGAL**

**Rui Raposo**  
Portugal

### **VOGAL**

**Cândida Luísa Gomes Lopes**  
Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Marcelina Quaresma**  
**José da Costa**  
S. Tomé e Príncipe

### **VOGAL**

**Edith Maurício dos Santos**  
Cabo Verde



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**Maria da Luz Leite**  
Cabo Verde

### **VOGAL**

**Quintino Malu**  
Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Marcelina Quaresma**  
**José da Costa**  
S. Tomé e Príncipe



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**Renato Ronda**  
Moçambique

### **VICE-PRESIDENTE**

**Warna de Gião**  
Portugal

### **SECRETÁRIO-GERAL**

**Rui Raposo**  
Portugal

Biénio  
1997-1999

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 22.11.1997



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### PRESIDENTE

**Judith Lima**  
Cabo Verde

### VICE-PRESIDENTE

**Gustavo Baptista Éboli**  
Brasil

### VICE-PRESIDENTE

**Pedro Coelho**  
Portugal

### SECRETÁRIO GERAL E VOGAL

**Rui Raposo**  
Portugal

### VOGAL

**Representante da Guiné-Bissau**

### VOGAL

**Marcelina Quaresma**  
**José da Costa**  
S. Tomé e Príncipe

### VOGAL

**Ana Aguiar Nsikalangu**  
Angola

### VOGAL

**Elisabeth Banqueiro**  
Moçambique

Biénio  
1999-2000

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 14.03.1999



## CONSELHO FISCAL

### PRESIDENTE

**Renato Ronda**  
Moçambique

### VOGAL

**José Valente**  
Angola

### VOGAL

**Jaldo de Souza Santos**  
Brasil



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### PRESIDENTE

**Judith Lima**  
Cabo Verde

### VICE-PRESIDENTE

**Gustavo Baptista Éboli**  
Brasil

### SECRETÁRIO-GERAL

**Rui Raposo**  
Portugal



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**João Silveira**  
Portugal

### **VICE-PRESIDENTE**

**Daniel António**  
Angola

### **VICE-PRESIDENTE**

**Elber Barbosa de Menezes**  
Brasil

### **SECRETÁRIO-GERAL E VOGAL**

**Paulo Duarte**  
Portugal

### **VOGAL**

**Cândida Luísa Gomes Lopes**  
Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Marcelina Quaresma**  
**José da Costa**  
S. Tomé e Príncipe

### **VOGAL**

**Chonguiça Moreira Chonguiça**  
Moçambique

### **VOGAL**

**Maria da Luz Nobre Leite**  
Cabo Verde

Biénio  
2002-2004

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 28.11.2002



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**Judith Lima**  
Cabo Verde

### **VOGAL**

**Rui Raposo**  
Portugal

### **VOGAL**

**Gustavo Baptista Éboli**  
Brasil



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**João Silveira**  
Portugal

### **VICE-PRESIDENTE**

**Daniel António**  
Angola

### **SECRETÁRIO**

**Paulo Duarte**  
Portugal



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**Salim Tuma Haber**  
Brasil

### **VICE-PRESIDENTE**

**João Silveira**  
Portugal

### **VICE-PRESIDENTE**

Angola

### **SECRETÁRIO-GERAL E VOGAL**

**Paulo Duarte**  
Portugal

### **VOGAL**

**Carla Djamila Reis**  
Cabo Verde

### **VOGAL**

**Carlos Bubacar Baldé**  
Guiné-Bissau

### **VOGAL**

Moçambique

### **VOGAL**

**Marcelina Quaresma**  
**José da Costa**  
S. Tomé e Príncipe



# Biénio 2005-2007

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 09.03.2005



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**Rui Raposo**  
Portugal

### **VOGAL**

Moçambique

### **VOGAL**

Angola



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**Salim Tuma Haber**  
Brasil

### **VICE-PRESIDENTE**

**José Aranda da Silva**  
Portugal

### **SECRETÁRIO**

**Paulo Duarte**  
Portugal



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**Daniel António**

Angola

### **VICE-PRESIDENTE**

**Edite Santos**

Cabo Verde

### **VICE-PRESIDENTE**

**João Silveira**

Portugal

### **SECRETÁRIO-GERAL E VOGAL**

**Paulo Duarte**

Portugal

### **VOGAL**

**Jaldo Santos**

Brasil

### **VOGAL**

**Carlos Baldé**

Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Bijal Modi**

Moçambique

### **VOGAL**

**Marcelina Costa**

S. Tomé e Príncipe

Lustro  
2008-2013

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 23.04.2008



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**Renato Ronda**

Moçambique

### **VOGAL**

**Amilson Alvares**

Brasil

### **VOGAL**

**Carla Djamila Reis**

Cabo Verde



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**Daniel António**

Angola

### **VICE-PRESIDENTE**

**Maria da Luz Sequeira**

Portugal

### **SECRETÁRIO**

**Paulo Duarte**

Portugal



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**Lucilo Williams**

Moçambique

### **VICE-PRESIDENTE**

**Valmir Santi**

Brasil

### **VICE-PRESIDENTE**

**João Silveira**

Portugal

### **SECRETÁRIO-GERAL E VOGAL**

**Paulo Duarte**

Portugal

### **VOGAL**

**Mateus Fernandes**

Angola

### **VOGAL**

**Ângela Silvestre**

Cabo Verde

### **VOGAL**

**Carlos Baldé**

Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Neurice Ramos**

S. Tomé e Príncipe

Biénio  
2013-2015

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 00.00.2013



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**José Vilmore Júnior**

Brasil

### **VOGAL**

**Helena Vilhena**

Angola

### **VOGAL**

**Maria da Luz Sequeira**

Portugal



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**Lucilo Williams**

Moçambique

### **VICE-PRESIDENTE**

**Djamila Reis**

Cabo Verde

### **SECRETÁRIO**

**Paulo Duarte**

Portugal



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**Valmir de Santi**  
Brasil

### **VICE-PRESIDENTE**

**Boaventura Moura**  
Angola

### **VICE-PRESIDENTE**

**João Silveira**  
Portugal

### **SECRETÁRIO-GERAL E VOGAL**

**Dario Bastos Martins**  
Portugal

### **VOGAL**

**Sérgio Seny**  
Moçambique

### **VOGAL**

Cabo Verde

### **VOGAL**

Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Vânia Castro**  
S. Tomé e Príncipe



# Biénio 2015-2017

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 00.00.2015



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**Tânia Sitoie**  
Moçambique

### **VOGAL**

**Mateus Fernandes**  
Angola

### **VOGAL**

**José Vilmore Júnior**  
Brasil



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**Valmir de Santi**  
Brasil

### **VICE-PRESIDENTE**

**Djamila Reis**  
Cabo Verde

### **SECRETÁRIO**

**Dario Bastos Martins**  
Portugal



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PRESIDENTE**

**Maria da Luz Nobre Leite**  
Cabo Verde

### **VICE-PRESIDENTE**

**Valmir de Santi**  
Brasil

### **VICE-PRESIDENTE**

**Helder Mota Filipe**  
Portugal

### **SECRETÁRIO-GERAL**

**Dario Bastos Martins**  
Portugal

### **VOGAL**

**Lucien Pierre**  
Moçambique

### **VOGAL**

**Zeferina Gomes**  
Guiné-Bissau

### **VOGAL**

**Vânia Castro**  
S. Tomé e Príncipe

### **VOGAL**

**João Mafuco Mendonça**  
Angola

# Biénio 2017-2019

Eleitos em Assembleia-Geral  
de 00.00.2017



## CONSELHO FISCAL

### **PRESIDENTE**

**Boaventura Moura**  
Angola

### **VOGAL**

**José Luis Miranda  
Maldonado**  
Brasil

### **VOGAL**

**Paulo Cleto Duarte**  
Portugal



## MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

### **PRESIDENTE**

**Maria da Luz Leite**  
Cabo Verde

### **VICE-PRESIDENTE**

**António Zangulo**  
Angola

### **SECRETÁRIO**

**Dario Bastos Martins**  
Portugal